

Política em questão

Formações tentam instrumentalizar o cidadão para o exercício da democracia participativa

Por Cristiane Oliveira Reimberg e Kleber Clajus Gutierrez

Ano de eleições. As campanhas políticas muitas vezes procuram apenas conquistar os votos, deixando de lado uma discussão efetiva sobre as políticas públicas necessárias para a sociedade.

“É um assunto extremamente interessante, mas que questiona o poder público. As políticas públicas são pouco abordadas, não estão claras para as pessoas e mudam em função do governo. Deviam ser escritas, estarem abertas à população, fazer parte de estudos, cursos, escolas, universidades”, defende o pedagogo e autor do livro “De olhos bem abertos: a política presente em nosso cotidiano”, que trata de política para jovens, Edson Gabriel Garcia.

Perde-se, assim, uma oportunidade de fomentar a democracia participativa. Mas já existem ações voltadas para a formação política do cidadão, que buscam contribuir para a mudança desse cenário. Uma delas é o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), criado a partir de uma resolução de 2001.

A iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo oferece formação política para a sociedade, que vai desde pós-graduação a cursos on-line para jovens. Também realiza formações de iniciação política nos Centros de Integração da Cidadania. Assessor parlamentar do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL/SP), Garcia já fez dois cursos no ILP. “Temos uma avaliação positiva do trabalho do ILP e defendemos que o trabalho seja ampliado”, afirma.

As ações de formação política na cidade de São Paulo, no entanto, não nasceram na Assembleia Legislativa. Há iniciativas em igrejas, sindicatos e organizações da sociedade civil. Uma das mais antigas é a Escola de Governo, que enfoca políticas públicas em seus cursos:

formação de governantes e formação cidadã. Criada em 1991, já formou 1500 pessoas. Um de seus fundadores é o jurista e professor emérito da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato

Na Escola de Governo, não se exige escolaridade. O resultado é a diversidade de alunos. “Nós



Escola de Governo: Formação Cidadã discute segurança pública no final de junho de 2010

formamos para a cidadania ativa. O objetivo é instrumentalizar todos os atores da sociedade para aprofundar a democracia”, afirma um dos diretores, o psicólogo Maurício Piragino. Ele foi aluno do curso Formação de Governantes em 2002 e um dos idealizadores do curso de Formação Cidadã, que tem duração de um semestre e é gratuito.

Nos cursos, a discussão em políticas públicas permeia todas as aulas. O de Formação Cidadã é introdutório e traz conceitos de democracia, cidadania, direitos humanos, além de debater temas como educação, saúde e segurança pública. Já o de Formação de Governantes tem aulas mais aprofundadas e dois semestres, com o segundo voltado para elaboração de políticas públicas.

A organização também traz em seu currículo parcerias que resultaram em ações com o Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste e no Capão Redondo. “A formação

política é fundamental para a cidadania. É instrumentalizar o cidadão para que ele possa cobrar os seus direitos e saber o seu dever. Não temos uma democracia plena e isso reflete na questão da participação direta do cidadão”, acredita Piragino.

Para trabalhar a questão da participação, a Escola de Governo coordena um grupo de trabalho de democracia participativa no Movimento Nossa São Paulo. “A questão é saber como você tem os instrumentos. Por exemplo, na última campanha para prefeito a falta de creches foi colocada por todos os candidatos. O papel da Escola é juntar os pontos. Onde você vê isso? No orçamento. Você vê que com a quantidade de dinheiro não vai ser construído quase nada. A questão orçamentária é fundamental”, explica o diretor.

A participação do cidadão é necessária para uma democracia efetiva. “A organização de um país se faz através das políticas públicas. Há várias instâncias para participar politicamente e cobrar”, diz o assessor parlamentar Edson Garcia. Nesse sentido, a Escola de Governo também se envolveu na elaboração do projeto que originou a Lei da Ficha Limpa e em campanhas como a de democratização da mídia.

“Discutir política pública é cada vez mais essencial para o exercício da cidadania. Os direitos, que são garantidos constitucionalmente, muitas vezes não são verificáveis na vida cotidiana. É importante discutir a política pública de qualidade, que considere a participação democrática, popular, e a reivindicação como direito”, analisa o cientista político e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Alexandre Isaac.

Tradição

Desde sua fundação, em 1987, o Instituto Pólis tem se dedicado a estudar o campo das políticas públicas e promover o desenvolvimento local. Sua atuação está concentrada no processo de participação popular e na análise da gestão municipal referente a tal área.

Uma das ações desenvolvidas pelo Pólis, desde 2002, é a “Escola da Cidadania” que chegou a formar diretamente, através de oficinas gratuitas, cerca de 1.200 pessoas por ano até 2009.

A técnica da escola, Viviane Nebó, explica que a metodologia utilizada nas abordagens está focada nos ensinamentos do educador Paulo Freire e tem por base a construção coletiva junto a movimentos sociais e lideranças representativas em conselhos e fóruns.

“Os cursos começam com o conhecimento acumulado nos mais de 20 anos de estudos e pesquisas que o Pólis desenvolve, mas sempre extrapola. Nós fazíamos determinados cursos junto com as lideranças, com os movimentos sociais e usávamos uma metodologia participativa para trabalhar conteúdos que envolvem leis, a Constituição, uma série de instrumentos que às vezes é mais complicado de trabalhar”, conta Nebó.

Dentre os temas já abordados estão as políticas de saúde, criança e adolescente, cultura, orçamento e finanças, habitação e de regularização fundiária, objetivando a replicação das discussões na comunidade.

A ideia, de acordo com Nebó, é realmente “fortalecer essa sociedade civil para atuar em políticas públicas,

pois essas pessoas ocupam espaços estratégicos tanto em conselhos ou enquanto lideranças, em entidades que tem mais capilaridade, representatividade.”

Em 2010 o cenário mudou e a escola passa a desenvolver, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ações junto ao Movimento das Populações em Situação de Rua para fortalecê-lo e formar lideranças em capitais como Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, entre outras.

Como resultado foram mobilizadas de 80 a 100 pessoas em seminários regionais e criado um espaço de debates virtual intitulado Fala Rua (www.falarua.org). O próximo passo é um seminário de encerramento do projeto, em Brasília (DF), no mês de agosto.

Articulação em saúde

A inclusão do gráfico da curva uterina no cartão da gestante distribuído na cidade de São Paulo, em 2010, foi comemorada como uma vitória pela Pastoral da Criança. O gráfico permite que a gestante visualize o desenvolvimento do bebê. Para conseguir isso, foi feito um trabalho pelos articuladores de saúde e outros voluntários da organização junto às unidades de saúde e à secretaria.

A coordenadora da Pastoral na Arquidiocese de São Paulo, Maria do Rosário Gazzola de Souza, ficou responsável pelo contato com a Secretaria de Saúde. Em uma reunião com os técnicos da secretaria ainda em 2009, fez o pedido e iniciou uma troca de informações sobre os problemas de saúde de cada região da capital paulista, presenciados pelas líderes da Pastoral da Criança.

Na cidade de São Paulo, há cerca de quatro mil voluntários da Pastoral da Criança. Chamados de líderes, visitam as famílias com gestantes e crianças até seis anos, levando informações sobre saúde, educação e convivência familiar. Também fazem o acompanhamento do pré-natal e do desenvolvimento da criança.

Para aprofundar o envolvimento com as políticas públicas, foi criada a figura do articulador de saúde. Além das formações dos outros voluntários, eles fazem um curso que aborda temas como Conselho de Saúde, controle social, direitos e ferramentas para participação. A pessoa também é preparada para analisar as causas da mortalidade infantil da região em que vive.

“Se ocorre uma morte de criança até um ano, independente de ser da Pastoral, o articulador tem um mês para estudar as causas. Ele analisa o prontuário, o atestado de óbito, conversa com a família. A maioria das mortes poderia ser evitada. Nem sempre o que está no atestado é o que a família diz. No início, havia resistência ao trabalho, porque achavam que queríamos encontrar culpados. Mas o que queremos é melhorar o sistema e estudar as causas para que não

ocorra de novo”, explica Maria do Rosário.

O articulador de saúde também precisa acompanhar o Conselho de Saúde da região em que vive e visitar os postos de saúde, verificando, por exemplo, se há estoque de antibiótico para as crianças e se a primeira dose é dada no atendimento. “O articulador leva para o Conselho de Saúde as necessidades da comunidade. Depois traz para a comunidade o que foi discutido pelo conselho”, explica o articulador de saúde da Pastoral da Criança, Josué de Souza.



Josué e Maria do Rosário na primeira reunião com técnicos da Secretaria de Saúde em 2009

Comunicação

Se o interesse está na capacitação de estudantes e profissionais de comunicação para a cobertura da agenda social, o curso de extensão “Jornalismo e Políticas Públicas Sociais”, realizado desde 2003 pela Rede ANDI Brasil em parceria com universidades de diferentes partes do país, vale a pesquisa e participação.

A ideia principal defendida pelo curso, de acordo com a secretária executiva da Rede ANDI Brasil Ciza Lessa, está em “contribuir para uma visão do importante papel que a mídia exerce na construção de políticas públicas e dar condições para que esta visão de fato surja nas matérias produzidas, permitindo ao jornalista atuar de forma mais sólida dentro da perspectiva do exercício social da profissão.”

O curso, composto por apresentações de especialistas do setor, passa pelos mais variados

ângulos de uma política pública desde a criação, implementação até o acompanhamento de sua execução.

Aquilo que estava formatado ao mundo acadêmico acabou sofrendo mudanças, pois se imaginava que as “estratégias com as universidades iriam mobilizar apenas estudantes, mas desde o início dos cursos sentimos uma grande demanda por parte de profissionais em exercício em busca de capacitação em temas da agenda social”, comenta o coordenador de relações acadêmicas da ANDI Fábio Senne.

Em 2006, a parceria possibilitou ainda a criação do Programa InFormação que tem por objetivo ampliar as possibilidades de qualificação dos futuros profissionais de comunicação sobre a agenda social, oferecendo inclusive bolsas de estudos como incentivo a pesquisa na área.

A radialista Zizi Bergamaschi buscou no curso de extensão uma forma de conhecer melhor o universo das políticas públicas. “Para a maioria das pessoas, inclusive eu, o que o governo faz parece muito distante e inacessível. Depois do curso tomei consciência de que as políticas públicas para existirem e funcionarem dependem da conscientização e do conhecimento dos cidadãos”, afirma Bergamaschi que focou seu trabalho de conclusão do curso na apropriação do povo indígena Yawanawá do Acre dos direitos já garantidos por lei.

Já se estuda oferecer o curso pela internet, mas enquanto isso não ocorre Senne indica a leitura de “Políticas Públicas Sociais e os Desafios do Jornalismo”, publicado em 2008 pela editora Cortez, que traz o debate dos temas centrais tratados na iniciativa.

Saiba Mais

Você pode conhecer melhor cada iniciativa visitando o site das instituições. É possível ter informações sobre os cursos oferecidos, acessar pesquisas e materiais.

Escola de Governo

www.escoladegoverno.org.br
(11) 3256-6338

Dica: As inscrições para os cursos de Formação Cidadã e Formação de Governantes estão abertas até o dia 22 de julho. O primeiro é gratuito e tem duração de um semestre. O segundo é pago e dura um ano, com duas aulas semanais. A programação está no site.

Instituto do Legislativo Paulista

www.al.sp.gov.br
(11) 3886-6122

Dica: No site da Assembleia, você pode acessar o link do Instituto do

Legislativo e acompanhar a oferta de cursos.

Instituto Pólis

www.polis.org.br
(11) 2174-6800

Dica: Publicações sobre orçamento, direitos humanos e cidadania, entre outras, podem ser acessadas no site do Instituto Pólis, assim como os estudos e pesquisas realizados pela instituição.

Pastoral da Criança

www.pastoraldacrianca.org.br
(11) 3105-1943

Dica: Materiais de formação, programas de rádio e vídeos podem ser obtidos no site da entidade.

Programa InFormação / Rede ANDI Brasil

www.informacao.andi.org.br

(61) 2102-6535

Dica: É possível baixar os materiais trabalhados em aulas. Basta ir em disciplinas, Universidade de São Paulo, Módulos Temáticos. Também há a indicação de referência bibliográfica.

Outras iniciativas:

Oficina Municipal

www.oficinamunicipal.org.br
(11) 3032-4230

Dica: Oferece cursos de cidadania e política.

Fundação Mário Covas -

www.fundacaomariocovas.org.br
(11) 3128-7341

Dica: Possui o Ciclo de Desenvolvimento da Cidadania para estudantes de ensino médio e curso de extensão universitária.